

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Chegou ao conhecimento do Bloco de Esquerda que os trabalhadores da Agência Lusa irão perder 30 euros de rendimento mensal devido ao corte do subsídio de transporte, atualmente no valor de 69,65 euros. A pretexto da redução do preço dos passes sociais das zonas metropolitanas, anunciado um corte de 40 euros no valor do subsídio.

Sucedo que este subsídio de transporte é um suplemento remuneratório, em prática há mais de 20 anos e que nunca exigiu comprovativo da compra de passe social.

Assim, uma medida resultante de negociações com os partidos de esquerda na legislatura passada e que pretendia precisamente aliviar o rendimento disponível das famílias, incentivando o uso de transporte público, é utilizada para penalizar trabalhadores de uma empresa com tutela pública.

Num comunicado enviado a este grupo parlamentar, os representantes das estruturas sindicais da empresa consideram “inaceitável que uma empresa detida maioritariamente pelo Estado reduza os direitos e os rendimentos dos trabalhadores numa conjuntura económica e social severa, com efeitos na generalidade dos agregados familiares”.

O Bloco de Esquerda acompanha esta avaliação e acrescenta uma preocupação sobre a situação atual de teletrabalho, particularmente relevante na atividade da Lusa, sendo absolutamente necessário que a empresa equacione a compensação por despesas pessoais acrescidas devido ao teletrabalho.

Acresce ainda que, segundo a informação recolhida, o reforço orçamental de 1,5 milhões de euros para a Agência Lusa, fruto de uma proposta do Bloco de Esquerda aprovada na especialidade do OE2020, ainda não foi transferida para a empresa, colocando em risco inclusivamente as obrigações da Agência decorrentes da vinculação de trabalhadores precários, integrados em 2019.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através da Ministra da Cultura, as seguintes perguntas:

1. Confirma o governo o corte do subsídio de transporte dos trabalhadores da Lusa?
2. Confirma o governo o carácter de suplemento remuneratório que define a natureza do subsídio de transporte?
3. Vai o governo, enquanto acionista maioritário, dar indicações para manter inalterado o valor do subsídio de transporte?
4. Vai o governo considerar a compensação por despesas de trabalho em contexto doméstico devido à introdução de teletrabalho em contexto pandémico?
5. Vai o governo transferir a verba de 1,5 milhões de euros, aprovada no OE2020, para reforço orçamental da Lusa?

Palácio de São Bento, 4 de novembro de 2020

Deputado(a)s

JORGE COSTA(BE)